



RELATÓRIO DE GESTÃO DE RISCO PILAR 3

Dezembro 2020

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	GERENCIAMENTO DE RISCOS	5
2.1	Estrutura da Gestão de Riscos	5
2.2	Governança de Riscos	6
2.2.1	Mapeamento dos Processos	6
2.2.2	Identificação dos Eventos	7
2.2.3	Avaliação dos Riscos	7
2.2.4	Atividades de Controle	7
2.2.5	Mitigação de Riscos	8
2.2.6	Informações e Comunicações	8
2.2.7	Monitoramento	8
3	ESTRUTURA DE COMITÊS	9
3.1	Comitê de Crédito	9
3.2	Comitê de Risco e Compliance	9
3.3	Comitê de Ativos e Passivos - ALCO	10
3.4	Comitê de Gestão de Capital	10
4	GESTÃO DE RISCO DE CAPITAL	10
4.1	Definição	10
4.2	Gestão e Controle	10
4.3	Controle e Acompanhamento	11
4.4	Plano de Contingência de Capital	12
4.5	Limites e Critérios de Stress para Capital	13
5	RISCO DE CRÉDITO	13
5.1	Exposições de Crédito de TVMs	13
5.1.1	Exposições de ativos com risco de crédito	14
5.1.2	A evolução das principais exposições por Tipo e Região Geográfica	14
5.1.3	Evolução das principais exposições por Tipo e Setor Econômico	14
5.2	Risco de Crédito de Contraparte	15
5.4	Operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros e de securitização	15
6	GESTÃO DE RISCO DE MERCADO	17
6.1	Definição	17
6.2	Diretrizes	17

6.3	Monitoramento de Risco de Mercado	18
6.3.1	Valor em Risco (VaR)	18
6.3.2	Stress Test	18
6.4	Derivativos	19
7	GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ	19
7.1	Definição	19
7.2	Gestão e Controle	19
7.3	Controle e Acompanhamento	20
8	GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL	20
8.1	Definição	20
8.2	Gestão e Controle	21
8.3	Controle e Acompanhamento	21
9	GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS	21
9.1	Definição	21
9.2	Gestão e Controle	21
9.3	Controle e Acompanhamento	22
10	OUTROS RISCOS	22
10.1	Risco Socioambiental	23
10.2	Risco Regulatório	23
10.3	Risco de Modelo	23
11	ACORDO DE BASILEIA	23
11.1	O acordo de Basileia	23
11.2	Pilares da Basileia	24
12	MENSURAÇÃO DOS RISCOS SEGUNDO BASILEIA	24
12.1	Basileia III	24
12.2	Requerimento de Capital	26
12.2.1	Crédito (RWAcpad):	26
12.2.2	Mercado (RWAm pad):	26
12.2.3	Operacional (RWAopad):	27
12.3	Adequação do Patrimônio de Referência (PR)	27
12.3.1	Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	28
12.4	Índice de Basileia - Suficiência de Capital	29
12.5	Índice de Imobilização	30

1 INTRODUÇÃO

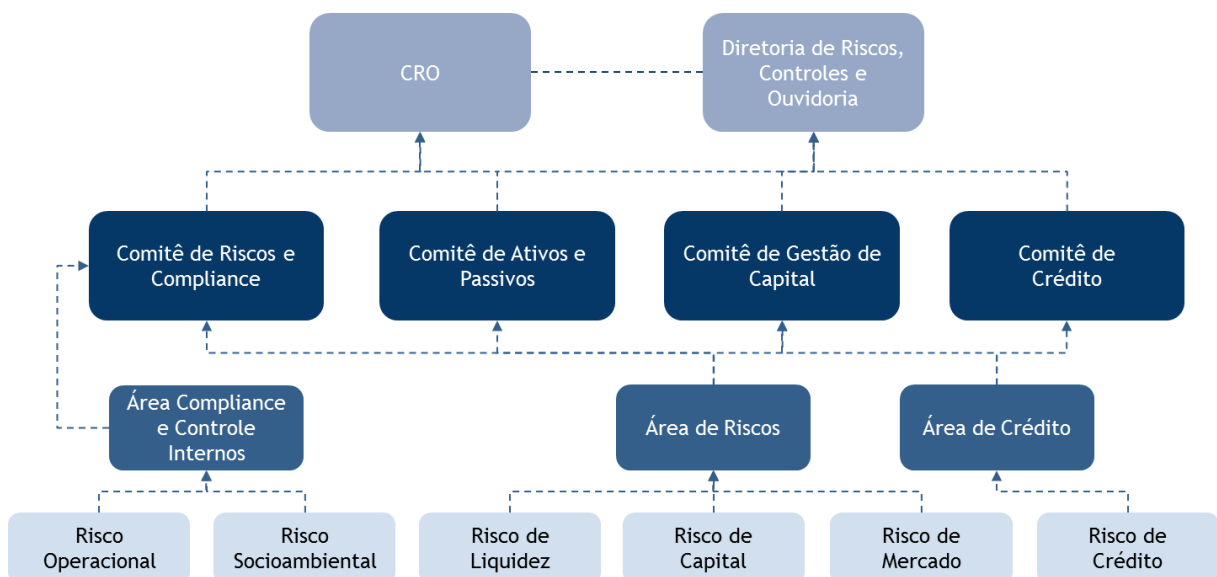
O presente documento resume as informações relativas ao processo de gerenciamento de riscos da apuração dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) aos riscos existentes no BR Partners Banco de Investimentos S.A. (“BR Partners BI”), definida como “Conglomerado Financeiro” ou “Instituição”, e atende aos dispositivos da Circular 3.930/20 e da Resolução 4557/17.

2 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de risco do Conglomerado Financeiro se constitui de um conjunto de princípios, processos, procedimentos e instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Os processos de gestão de risco são fundamentais para que a execução do plano estratégico estabelecido pela Administração ocorra de forma segura, visando maximizar a criação de valor para os acionistas e partes relacionadas. Desta maneira, conforme descrito no documento RAS (Risk Appetite Statements), buscamos alinhar as estratégias e objetivos determinados aos riscos que estamos dispostos a correr.

2.1 Estrutura da Gestão de Riscos



2.2 Governança de Riscos

A área Gestão de Risco atua de maneira independente das áreas de negócio. A governança do risco é exercida de acordo com as definições estabelecidas pelo Comitê de Risco e *Compliance*. Para a efetividade desse gerenciamento, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação do risco.

Os principais componentes do gerenciamento de risco são:

- Mapeamento dos processos;
- Identificação dos eventos;
- Avaliação dos riscos;
- Atividades de controle;
- Mitigação;
- Informações e Comunicações; e
- Monitoramento.



2.2.1 Mapeamento dos Processos

Consiste em identificar e documentar os processos executados por cada área de forma a garantir a continuidade desses processos por qualquer colaborador e obter a visão geral do processo para identificação de possíveis pontos vulneráveis e sugestão de mitigadores.

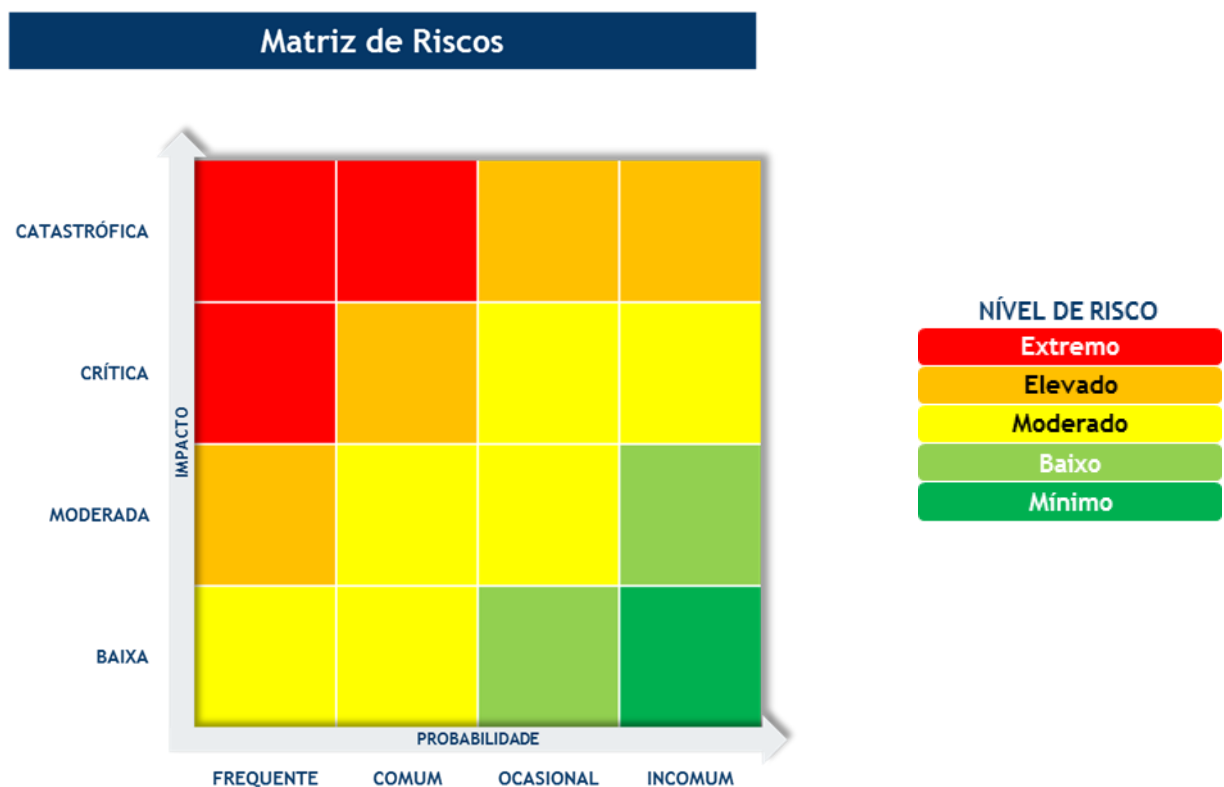
2.2.2 Identificação dos Eventos

Consiste em identificar e classificar os eventos de risco a que a instituição esta exposta, indicando áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros associados aos processos, produtos e serviços.

2.2.3 Avaliação dos Riscos

Consiste em dimensionar e quantificar a exposição ao risco com o objetivo de avaliar o impacto nos negócios da instituição. Pode, também, envolver uma avaliação qualitativa dos riscos identificados, estimando sua probabilidade de ocorrência e impacto de forma a determinar o nível de apetite ao risco.

O BR Partners tem parametrizado e aprovado a Matriz de Riscos, de modo a permitir uma rápida e fácil classificação dos riscos quanto ao seu nível de impacto (catastrófica, crítica, moderada e baixa) e probabilidade de ocorrência (frequente, comum, ocasional e incomum), resultando os níveis de risco conforme imagem abaixo:



2.2.4 Atividades de Controle

Analisar os Mapas dos Processos de forma a identificar pontos vulneráveis de possíveis eventos de risco. Dada a ocorrência de algum evento, deve-se cadastrar os eventos no sistema Sysaid, junto com a sua classificação de fator de risco e frequência pelas áreas responsáveis. Dessa forma, a área de

Gestão de Riscos pode dimensionar e verificar se os níveis dos riscos estão aderentes ao apetite de risco da instituição. No entanto, caso não estejam, deverá ser criado mecanismos que garantam a eficiência dos controles.

2.2.5 Mitigação de Riscos

Consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco buscando reduzir as perdas operacionais por meio da remoção da causa do risco, alteração da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do evento de risco.

Após a conclusão do mapeamento, e identificados os riscos operacionais, a área de Gestão de Riscos sugere ações com o intuito de mitigá-los. Essas ações, que tem por característica estar no âmbito de responsabilidade e decisão do gestor, são acompanhadas periodicamente para verificação quanto à implantação ou não.

Dentre as ações de mitigação de riscos destaca-se o GCN (Gestão de Continuidade de Negócios) que tem como objetivo assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de riscos. O BR Partners possui um manual de Continuidade de Negócios que está publicado na rede compartilhada.

2.2.6 Informações e Comunicações

As informações e comunicações são feitas por meio de:

- Informes ou relatórios periódicos;
- Orientações e treinamentos de colaboradores quanto aos princípios da instituição e sua cultura de riscos;
- Políticas, Manuais e Notas Técnicas.
- Reportes regulatórios.

2.2.7 Monitoramento

Os processos e controles de risco são monitorados e controlados pelas áreas de Gestão de Riscos, Compliance, Crédito e Controles Internos. Sendo aplicados testes regularmente para avaliar a qualidade dos controles e mitigadores de Riscos.

3 ESTRUTURA DE COMITÊS

3.1 Comitê de Crédito

O Comitê de Crédito tem suas responsabilidades definidas por seu Regimento e estão abaixo resumidas:

- Normas e procedimentos para análise de risco de crédito das contrapartes e das operações e suas estruturas;
- Verificar a adequação das propostas em relação aos objetivos e os tipos de atividades de crédito aceitáveis com os clientes e produtos;
- Definir a exposição de crédito por contraparte e por produto;
- Discutir as projeções financeiras das contrapartes elaboradas pela equipe de crédito;
- Aprovar os Limites de Crédito para determinada contraparte, sendo estes limites aprovados individualmente ou para um grupo de clientes (Grupo econômico);
- Renovar os Limites de Crédito para determinada contraparte ou grupo econômico;
- Propor medidas de controle de risco de crédito;
- Acompanhar o risco de crédito agregado da instituição.

3.2 Comitê de Risco e Compliance

O Comitê tem por responsabilidades deliberar sobre os temas abaixo relacionados:

- Normas e procedimentos para análise de risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional, risco socioambiental e compliance.
- Normas e procedimentos para gerenciamento de risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional, risco socioambiental e compliance
- Limites de posições e/ou operações que gerem risco de mercado, risco de liquidez;
- Definição da carteira das operações Trading/Banking;
- Aprovar metodologia de *pricing* dos produtos, do ponto de vista gerencial;
- Propor medidas de controle de risco operacional e socioambiental;
- Avaliar as perdas operacionais e socioambientais propor novos controles e/ou revisão dos processos para mitigá-las;
- Acompanhar o prazo de implementação de novos controles e/ou processos para evitar ou limitar as perdas de risco operacional e socioambiental;
- Aprovar os Planos de Contingência e acompanhar os resultados dos testes realizados;
- Avaliar e aprovar o plano e os trabalhos de Auditoria Interna;
- Avaliar operações ou propostas de operações que exponham o BR Partners a elevado risco socioambiental.

O Comitê se reunirá semestralmente ou conforme a necessidade de deliberações.

3.3 Comitê de Ativos e Passivos - ALCO

O Comitê tem por responsabilidades deliberar sobre os temas abaixo relacionados:

- Estratégia relacionada a estrutura do balanço;
- Estratégia relacionada a gestão de liquidez;
- Definir a Reserva Mínima de Liquidez e os cenários de stress de liquidez;
- Acompanhar o resultado das estratégias aprovadas;
- Acompanhar e monitorar a utilização do capital pelas linhas de negócio.

O Comitê se reunirá no mínimo mensalmente, podendo ser convocado extraordinariamente.

3.4 Comitê de Gestão de Capital

O Comitê tem por responsabilidades deliberar, conforme itens abaixo, sobre a adequação do Patrimônio do Banco em relação às necessidades de capital para a realização de seu plano de negócios e riscos inerentes a suas atividades:

- Definição e acompanhamento dos processos de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, seja em situações normais ou em condições extremas de mercado (cenário de stress);
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

4 GESTÃO DE RISCO DE CAPITAL

4.1 Definição

O Gerenciamento de Capital consiste no processo contínuo do monitoramento e avaliação do capital mantido pela Instituição, e busca identificar a adequação ou nível de capital necessário para execução do planejamento estratégico estabelecido pela Alta Administração.

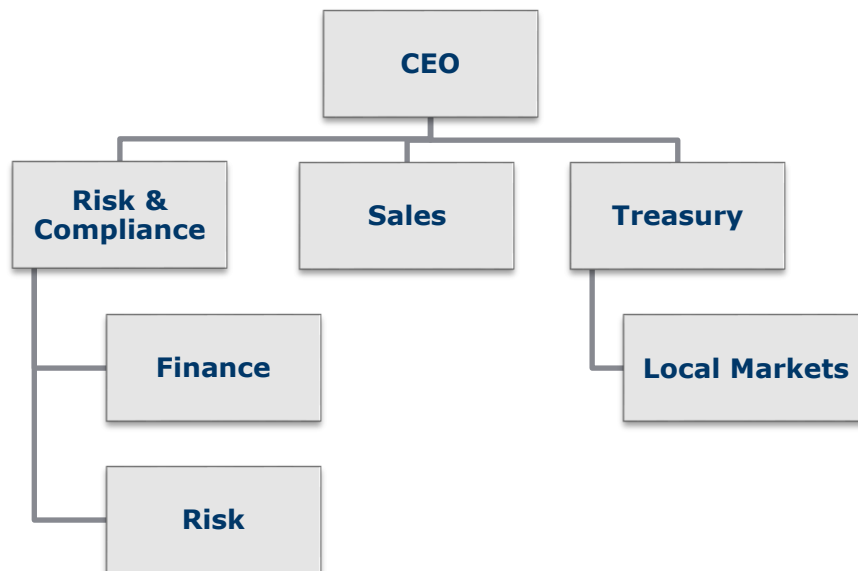
O Banco BR Partners considera o gerenciamento de riscos e de capital ferramentas essenciais para a tomada de decisão, proporcionando condições adequadas para a melhor alocação do capital utilizado e otimizando a relação de risco e retorno.

4.2 Gestão e Controle

A Gestão de Risco de Capital do BR Partners BI, suas subsidiárias e controladas tem como principais diretrizes:

- ✓ Definir e acompanhar os processos de monitoramento e controle do capital;
- ✓ Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita;
- ✓ Planejar as metas e as de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição;
- ✓ Submeter anualmente o plano de capital à Diretoria do Br Partners BI, a fim de determinar a compatibilidade do seu planejamento estratégico com as condições de mercado.

Segue abaixo estrutura organizacional do Comitê de Gestão de Capital:



4.3 Controle e Acompanhamento

O Banco BR Partners possui uma estrutura de gestão capaz de monitorar e avaliar as necessidades de capital frente aos riscos aos quais está exposto. Esta estrutura possui:

- Ferramentas de monitoramento dos principais riscos da instituição
- Planejamento estratégico e de Capital para os próximos três anos
- Testes de Estresse que permitam avaliar impactos de condições severas de mercado sobre o Capital
- Relatórios de adequação do capital.

Anualmente (ou tempestivamente, conforme a necessidade) a Alta Administração alinha com as áreas de negócios as principais estratégias e objetivos para os próximos três anos. Todas as informações necessárias são estruturadas pela área de Management Information (MIS), que é a unidade responsável no BR Partners pela elaboração do planejamento estratégico, conforme alinhamento prévio da Alta Administração e as áreas de negócio.

Para a elaboração do plano estratégico é essencial à avaliação da suficiência de capital para suportar não somente a variação esperada dos ativos das diferentes linhas de negócio e das exigências de capital que ocorrerão até o fim da implantação de Basileia III, como também suportar movimentos não esperados nos ativos do banco e variações de mercado em cenários adversos.

Desta forma, para avaliação do capital são selecionados além do cenário de normalidade, três cenários que contemplam diferentes movimentações de mercado e de negócio, sendo eles:

Normalidade (Orçamento)	Resultado: alinhado ao plano estratégico	Tesouraria: exp. de 10% dos limites Derivativos: Exp. média do últ. ano Crédito: alinhado ao plano estratégico
Euforia	Resultado: aumento de 10% s/ o resultado orçado	Tesouraria: exp. de 90% dos limites Derivativos: Maior exp. dos últimos 12 meses Crédito: aumento de 20% s/ orçamento
Stress I	Resultado: queda de 25% + 1 Stop Loss (Tesouraria) + Aumento da provisão (1 downgrade)	Tesouraria: exp. de 25% dos limites Derivativos: maior exp. do últ. ano Crédito: exp. sem alterações
Stress II	Resultado: queda de 50% + 2 Stop Loss (Tesouraria) + Aumento da provisão (2 downgrades)	Tesouraria: exp. de 50% dos limites Derivativos: maior exp. do últ. ano Crédito: exp. sem alterações

4.4 Plano de Contingência de Capital

O Plano de Contingência para o Gerenciamento de Capital estabelece o processo de identificação e categorização dos níveis de capital, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como modelo de monitoramento e revisão dos planos.

O BR Partners conta com um documento interno com o Plano de Contingência referente ao gerenciamento de capital que detalha os itens mencionados acima.

4.5 Limites e Critérios de Stress para Capital

O Todos os limites e metodologias utilizadas para os cenários de stress são definidos e validados no mínimo anualmente no Comitê de Risco e Compliance.

5 RISCO DE CRÉDITO

A gestão de Risco de Crédito do BR Partners BI, suas subsidiárias e controladas, tem como principais diretrizes:

- ✓ Assegurar a devida segregação de funções, responsabilidades e delegação de autoridade em todo o processo de crédito, desde a iniciação a liquidação;
- ✓ Garantir a existência e o cumprimento dos processos estruturados de análise e aprovação das propostas de operações que envolvam risco de crédito;
- ✓ Assegurar que a análise do risco de crédito seja feita de maneira independente e técnica, considerando-se adicionalmente as características das operações e as garantias;
- ✓ Garantir que as operações que envolvam risco de crédito sejam devidamente aprovadas antes da comunicação ao cliente e de sua contabilização;
- ✓ Garantir um processo contínuo de monitoramento das operações, clientes e seus limites de crédito, a fim de antecipar possíveis problemas e eventualmente melhorar a estrutura de operações que encontre alguma fraqueza em seu monitoramento;
- ✓ Assegurar a correta classificação dos clientes e das operações existentes de modo que reflitam seu real nível de risco e provisão necessária;
- ✓ Definir os níveis aceitáveis de concentração do risco de crédito, segregando as operações por tipo de produto, prazo, grupo econômico, tamanho, setor de atuação e região geográfica;
- ✓ Assegurar a existência e garantir o aperfeiçoamento e monitoramento dos processos, modelos e ferramentas utilizados nas análises de crédito;
- ✓ Propor e desenvolver metodologias para a correta apuração e controle do risco de contraparte.

5.1 Exposições de Crédito de TVMs

Detalhamos abaixo as informações relativas à exposição de risco de crédito no último ano (Dezembro/20 e Dezembro/19) para o Conglomerado Financeiro. Informamos que não há operações baixadas para prejuízo nem operações em atraso.

5.1.1 Exposições de ativos com risco de crédito

em R\$ mil

Tipo de Exposição	dez-20	dez-19
Total - Pessoa Física	0	9.028
Crédito Pessoal	-	9.028
Produtor Rural	-	-
Total - Pessoa Jurídica	278.050	26.309
Garantias Prestadas	-	-
Capital de Giro	-	-
TVM's	278.050	26.309
Exposição Total	278.050	35.336

5.1.2 A evolução das principais exposições por Tipo e Região Geográfica

em R\$ mil

Região Geográfica	dez-20	dez-19
Total - Pessoa Física	0	9.028
Sudeste	-	9.028
Centro Oeste	-	-
Nordeste	-	-
Total - Pessoa Jurídica	278.050	26.309
Sudeste	278.050	26.309
Centro Oeste	-	-
Exposição Total	278.050	35.336

5.1.3 Evolução das principais exposições por Tipo e Setor Econômico

Setor Econômico	dez-20	dez-19
Total - Pessoa Física	0	9.028
Total - Pessoa Jurídica	278.050	26.309
Eletroeletrônico	-	-
Imobiliário	193.724	23.615
Financeiro	6.397	-
Saúde	-	-
Indústria	57.194	364
Logística	20.735	2.330
Exposição Total	278.050	35.336

5.2 Risco de Crédito de Contraparte

O risco de Crédito de Contraparte segue a Política de Gestão de Risco de Crédito mencionada acima. Ele é entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.

Os limites de crédito para determinada contraparte são aprovados pelo Comitê de Crédito, que utiliza principalmente os seguintes aspectos para essa avaliação:

- ✓ Ter conhecimento profundo dos gestores para entender o negócio, a estratégia e os riscos das atividades da empresa;
- ✓ Projetar o balanço e o fluxo de caixa da empresa;
- ✓ Analisar quantitativamente o setor de atuação da empresa e seus competidores;
- ✓ Analisar qualitativamente a empresa e o setor em que atua;
- ✓ Propor estrutura de garantias para mitigar os riscos com a contraparte.

Abaixo destacamos o Valor Notional dos contratos realizados com contraparte central e realizado em balcão

valores em R\$ mil

Valor Notional dos Contratos com Risco de Contraparte	Dez-20	Dez-19	Δ
Contratos em que a Camara atue como Contraparte Central	797.759	920.400	-122.642
Contratos em que a Camara não atue como Contraparte Central - Com garantias	-	-	-
Contratos em que a Camara não atue como Contraparte Central - Sem garantias	837.390	2.023.065	1.185.675

Valor Positivo dos Contratos com Risco de Contraparte	Dez-20	Dez-19	Δ
Exposição Derivativos (Balcão)	37.052	31.922	5.130

Não há, na presente data, operações de *hedges* efetuadas por meio de derivativos de crédito.

5.4 Operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros e de securitização

A Instituição atua majoritariamente na intermediação entre os originadores de lastro das operações de securitização, as instituições securitizadoras e os investidores adquirentes dos ativos securitizados.

Em caso de interesse da Instituição pela aquisição desses ativos, a operação é formalmente aprovada pelo Comitê de Crédito. Eventualmente essas operações podem ser vendidas a clientes no mercado secundário, após análise de *suitability*.

Não há, na presente data, operações cedidas com coobrigação no portfólio da Instituição.

Também não há, na presente data, saldo de exposições cedidas sem transferência nem com retenção substancial dos riscos e benefícios.

Nos últimos 12 meses não há registros de exposições cedidas que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo, visto que até o momento não cedemos linha de crédito com direito a regresso.

No fechamento do quarto trimestre de 2020, a Instituição não apresentou exposições cedidas sem transferência nem com retenção substancial dos riscos e benefícios. Na presente data também não há saldo nessas condições.

A área de Mercado de Capitais do BR Partners BI atua de maneira ativa, promovendo soluções de mercado de capitais a seus clientes. De maneira geral, o objetivo é promover *funding* complementar – através da desintermediação do mercado bancário – e criar soluções sob medida para seus clientes.

Há quatro etapas distintas na política relacionada às operações de aquisição, venda ou transferência dos ativos de securitização, são elas:

- ✓ Originação do produto: identificação da necessidade do cliente e início das negociações de mandato;
- ✓ Comitê de *Underwriting*: processo de aprovação do produto pelo *management* da Instituição, que antecede a formalização do mandato e a consequente estruturação da oferta;
- ✓ Estruturação: desenho e modelagem da estrutura do ativo e coordenação de prestadores de serviços;
- ✓ Distribuição: *roadshow* com investidores para venda no mercado primário.

É feito o monitoramento das operações de securitização que permaneçam no balanço da Instituição através dos relatórios de risco de crédito e de risco de mercado, com periodicidade diária.

Não há, na presente data, ativos securitizados pela Instituição, da carteira própria, que estejam em atraso ou que foram baixados para prejuízo. Também não há, no 4º trimestre de 2020, perdas decorrentes de processos de securitização.

Na presente data, não há exposições de securitização em contas de compensação nem de securitização à qual seja aplicado o FPR de 1.250% ou exposições de ressecuritização.

6 GESTÃO DE RISCO DE MERCADO

6.1 Definição

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado Financeiro, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Todas as operações sujeitas ao risco de mercado são mapeadas, mensuradas e reportadas diariamente para as áreas-chaves da Instituição. O perfil de exposição ao risco de mercado da Instituição está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados de maneira independente.

6.2 Diretrizes

A Gestão de Risco de Mercado do BR Partners BI, suas subsidiárias e controladas tem como principais diretrizes:

- Assegurar a devida segregação de funções, responsabilidades e delegação de autoridade em todo o processo de gerenciamento de risco de mercado;
- Assegurar que a análise do risco de mercado seja feita de maneira independente e técnica, considerando-se adicionalmente as características das operações e produtos;
- Garantir a existência e cumprimento dos processos estruturados de análise e aprovação dos limites de risco de mercado;
- Garantir que os limites de risco de mercado sejam devidamente aprovados antes da realização das operações;
- Garantir um processo contínuo de monitoramento dos riscos de mercado;
- Definir os níveis aceitáveis de risco de mercado;
- Definir a correta classificação dos fatores de risco das operações, que reflitam seu real risco de mercado;
- Definir a metodologia de *pricing* das operações, produtos e estratégias;
- Assegurar a existência e garantir o aperfeiçoamento e monitoramento dos processos, modelos e ferramentas utilizados no gerenciamento de risco de mercado.

6.3 Monitoramento de Risco de Mercado

A carteira *Trading* é monitorada pelos limites de:

- ✓ *Value at Risk*;
- ✓ *Stress Test*;
- ✓ Exposição;
- ✓ Resultado.

6.3.1 Valor em Risco (VaR)

A apuração do valor em risco (VaR) utilizada na Instituição é baseada no modelo paramétrico, onde é considerada a janela móvel das últimas 126 observações, sendo ainda aplicada maior peso nos dados mais recentes (EWMA).

Detalhamos abaixo o VaR (*holding period* = 1d) dos dois últimos trimestres, destacando que a maior exposição se manteve no fator de risco pré.

valores em R\$

	Fatores de Risco	dez-20	dez-19
VaR	Pré	4.144	980
	Cupom de Inflação	13.661	5.851
	Câmbio	6.903	19.687
	Ações	0	0
	Cupom Cambial	18.066	2.243
	Efeito Diversificação	66.517	112.970

6.3.2 Stress Test

O teste de stress aplicado na carteira do Conglomerado Financeiro é baseado em simulação histórica, onde é avaliado o impacto na carteira corrente frente aos movimentos observados nos últimos 10 anos.

O impacto utilizado é compatível com o 99º percentil da distribuição histórica. Desta maneira, é possível capturar o 4º pior movimento adverso na carteira da Instituição. Adicionalmente, também são avaliados cenários considerando quebras de correlação entre os fatores de riscos e VaR histórico com diferentes níveis de confiança. Informamos a seguir os valores referentes ao cenário de stress para os dois últimos trimestres.

Stress Test (R\$ mil)			
Historical Stress Test	Stress Test	dez-20	dez-19
	Worst Scenario	-684	-358
	2nd Worst Scenario	-651	-337
	3rd Worst Scenario	-387	-202
	Worst Combination	-2.249	-854
	Best Combination	2.803	957
	Historical VaR 99%	-117	-143
	Historical VaR 95%	-39	-82
	Historical VaR 84%	-17	-43

6.4 Derivativos

Detalhamos a seguir as informações relativas às Exposições a instrumentos derivativos por categoria de fator de risco e mercado (bolsa ou balcão).

Exposição c/ Contraparte Central	em R\$ mil				
	Fatores de Risco	Dez-20		Dez-19	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	202.482	187.159	37.004	490.705	
Taxas de Câmbio	275.984	107.486	85.294	282.846	
Ações	0		0		
Commodities					

Exposição s/ Contraparte Central	em R\$ mil				
	Fatores de Risco	Dez-20		Dez-19	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	-	-	-	-	
Taxas de Câmbio	348.618	488.772	1.409.386	613.679	

7 GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

7.1 Definição

É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento do Conglomerado Financeiro, levando-se em consideração os diferentes produtos, moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

7.2 Gestão e Controle

A Gestão de Risco de Liquidez do BR Partners BI, suas subsidiárias e controladas tem como principais diretrizes:

- ✓ Assegurar a devida segregação de funções, responsabilidades e delegação de autoridade em todo o processo de gerenciamento de risco de liquidez;
- ✓ Assegurar que a análise do risco de liquidez seja feita de maneira independente e técnica, considerando-se adicionalmente as características das operações e produtos;
- ✓ Assegurar a correta classificação das operações de modo que reflitam seu real risco de liquidez;
- ✓ Garantir a existência e o cumprimento dos processos estruturados de análise e aprovação dos limites de risco de liquidez;
- ✓ Garantir que os limites de risco de liquidez sejam devidamente aprovados antes da realização das operações;
- ✓ Garantir um processo contínuo de monitoramento dos riscos de liquidez;
- ✓ Definir os níveis aceitáveis de risco de liquidez;
- ✓ Assegurar a existência e garantir o aperfeiçoamento e monitoramento dos processos, modelos e ferramentas utilizados no gerenciamento de risco de liquidez;
- ✓ Monitorar a execução das ações em caso de ativação do Plano de Contingência de Liquidez.

7.3 Controle e Acompanhamento

A gestão do risco de liquidez é realizada pela Tesouraria, com base nas posições disponibilizadas pelas áreas de Product Control e Riscos, que tem por responsabilidade fornecer as informações necessárias para gestão e acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos.

O caixa da Instituição é gerenciado de maneira centralizada pela Tesouraria. O controle do risco de liquidez do Conglomerado Financeiro é realizado pela Área de Riscos e pelo ALCO (Asset and Liability Committee) por ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 dias e também a aplicação de cenários de stress nas condições de liquidez da Instituição.

8 GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

8.1 Definição

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição de risco operacional inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como à sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

8.2 Gestão e Controle

A Gestão de Risco Operacional do BR Partners BI, suas subsidiárias e controladas tem como principais diretrizes:

- ✓ Assegurar a devida segregação de funções, responsabilidades e delegação de autoridade em todo o processo de gerenciamento de risco operacional;
- ✓ Assegurar que a análise do risco operacional seja feita de maneira independente e técnica, considerando-se adicionalmente as características dos processos e sistemas;
- ✓ Assegurar a correta classificação dos processos e sistemas de modo que reflitam seu real risco operacional;
- ✓ Garantir a existência e o cumprimento dos processos estruturados de análise e aprovação dos limites de risco operacional;
- ✓ Garantir um processo contínuo de monitoramento dos riscos operacionais;
- ✓ Assegurar a existência e garantir o aperfeiçoamento e monitoramento dos processos, modelos e ferramentas utilizados no gerenciamento de risco operacional.

8.3 Controle e Acompanhamento

A gestão do Risco Operacional utiliza-se da análise dos Mapas dos Processos de forma a identificar pontos vulneráveis de possíveis eventos de risco operacional. O sistema Sysaid é utilizado como repositório dos eventos e para o acompanhamento dos planos de ação, mitigadores e controles desses eventos pelas Áreas de Riscos e Controles Internos.

9 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

9.1 Definição

O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) visa a garantir a continuidade operacional dos processos vitais do BR Partners sob o impacto de um evento que venha a paralisar, total ou parcialmente, um processo crítico por um tempo maior que a tolerância à paralisação, incluindo perda ou inaccessibilidade da unidade principal (escritório). Tem também por objetivo assegurar que, em caso de emergência, os processos de negócios críticos possam ser restabelecidos antes de causar prejuízos sensíveis ao Banco.

9.2 Gestão e Controle

A gestão do plano de contingência são os documentos em que constam todas as informações sobre cada cenário de contingenciamento, possui o prazo de identificação do evento, o prazo máximo de recuperação da atividade, os responsáveis pela comunicação, ações de prevenção, plano de contenção, plano de restabelecimento e programa de testes.

A estratégia de execução de cada plano de contingência será baseada no risco que cada cenário representa para a instituição, diferenciando ações de acesso remoto ao sítio de contingência ou deslocamento físico das pessoas responsáveis a este mesmo local.

9.3 Controle e Acompanhamento

Para todo plano de contingência (PC) deverá ser criado um plano de teste com periodicidade pré-definida e factível de ser realizado pelas áreas impactadas. Os testes têm como finalidade simular reais situações de contingência para certificar o funcionamento dos processos e sistemas.

Os resultados dos testes deverão ser documentados e os testes deverão ser constantemente revisitados a fim de evitar os problemas relatados pelos testes.

10 OUTROS RISCOS

10.1 Risco Cibernético

A alta administração do Grupo BR Partners é composta pelos membros do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners, os quais também são todos Diretores de sociedades integrantes do Grupo BR Partners e demonstram comprometimento com as práticas de segurança cibernética, na condução dos negócios de todo o Grupo BR Partners.

Esse comprometimento é evidenciado por meio da inserção de temas relacionados à segurança cibernética em pautas das reuniões de diretoria, sempre que necessário ou demandado. Também evidenciam seu comprometimento com a liberação anual de recursos financeiros necessários, destinados aos programas relacionados à segurança cibernética, previamente homologados e aprovados pelo board executivo.

10.2 Risco Socioambiental

O BR Partners adota o conceito do tripé da sustentabilidade (triple bottom line) como um dos primordiais princípios de sua operação, por conseguinte, acredita que a perenidade e sustentabilidade de seus negócios dependem de ações de responsabilidade social e ambiental. Também adotará critérios de avaliação baseada em risco para as questões socioambientais, de modo a priorizar a análise de tais questões para mitigar ao máximo possível o risco que elas representam para o BR Partners. Tal risco deve ser avaliado não só no que diz respeito à eventual solidariedade passiva do BR Partners em relação ao dano ambiental causado por algum cliente, como também no que diz respeito à preservação da boa imagem e reputação do BR Partners. Desta forma, garante-se melhor eficiência do processo sem onerar demasiadamente seu corpo funcional. Para isso, o BR Partners observará os princípios da relevância – exposição ao risco socioambiental oferecida pelos produtos e serviços ofertados pelo BR Partners - e proporcionalidade – compatibilidade dos processos de acordo com a complexidade das atividades do BR Partners, em especial em relação ao BR Partners Banco de Investimento S.A.

10.3 Risco Regulatório

É a possibilidade de ocorrência de multas, sanções e punições aplicadas pelos órgãos reguladores devido ao não cumprimento de requerimentos regulatórios. O gerenciamento do risco regulatório se dá por meio de processo estruturado de acompanhamento de mudanças no ambiente regulatório, análise de aplicação na instituição e implantação das exigências para atendimento regulatório.

10.4 Risco de Modelo

É a possibilidade de ocorrência de divergência entre os resultados obtidos através dos modelos utilizados pelo BR Partners e o observado. Os principais controles para Risco de Modelo são: Validação dos principais modelos e o acompanhamento diário dos principais modelos de mercado.

11 ACORDO DE BASILEIA

11.1 O acordo de Basileia

Em 1974, os principais bancos centrais do mundo instituíram o chamado “Comitê de Supervisão Bancária da Basileia”. Esse comitê teve como objetivo, a partir de modelos de padrões de gerenciamento de riscos, estabelecer padrões internacionais de controles internos, visando à efetividade dos mesmos, frente aos riscos oferecidos pelas diferentes atividades realizadas no dia a dia de uma instituição financeira.

Foi criado um índice para mensurar os riscos que os bancos poderiam assumir que passou a ser chamado de Índice de Basileia. O conceito definido pelo Comitê de Basileia é baseado numa relação mínima entre o Capital Base (Patrimônio de Referência – PR) e os ativos ponderados pelos riscos (RWA) conforme a regulamentação em vigor.

No Brasil, o Banco Central divulgou, dentre outros normativos atinentes à matéria, as resoluções do Conselho Monetário Nacional 2.554/98 e 3.380/06, dispendo sobre a implantação de uma estrutura de controles de riscos internos e operacionais nas instituições financeiras. Essas resoluções seguem as diretrizes estabelecidas pelo “Comitê de Supervisão Bancária da Basileia” em paralelo a um processo mais amplo de globalização e consolidação dos aspectos relacionados à fiscalização do sistema bancário mundial.

11.2 Pilares da Basileia

Em 2004, o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia publicou o Novo Acordo de Capital de Basileia, também conhecido como Basileia II. Este documento tem por objetivo direcionar a implantação de uma estrutura de trabalho pelos sistemas financeiros nacionais dos diversos países afiliados ao BIS, orientando:

- ✓ O alinhamento dos requerimentos de capitais regulatórios dos riscos com os quais cada instituição financeira trabalha;
- ✓ A identificação pelos bancos de seus riscos atuais e futuros, e o desenvolvimento de sua habilidade de gerenciar estes riscos;
- ✓ A promoção de uma supervisão de capital com maior visão de futuro. Para implementar esta visão, criou-se uma metodologia baseada em três pilares:
 - **Pilar I** – Exigência Mínima de Capital;
 - **Pilar II** – Supervisão Bancária e Governança – avaliação de como os bancos estão se adequando às necessidades de capital frente aos riscos incorridos;
 - **Pilar III** – Disciplina de Mercado – divulgação de informações relevantes ao mercado.

12 MENSURAÇÃO DOS RISCOS SEGUNDO BASILEIA

12.1 Basileia III

As regras impactam o capital e a liquidez das instituições com a introdução de maiores níveis de exigência. Determinam aos bancos o aumento das reservas de capital para se protegerem de crises. Pelas novas regras sobre capital e liquidez, os bancos devem ter um mínimo do chamado capital de Nível 1 - lucros e ações retidas - de 5,5%, sobre as Exposições Ponderadas Pelo Risco e devem manter um adicional de capital de conservação (2,5%) e anticíclico a ser fixado em momentos de crescimento substancial do crédito (0% a 2,5%).

Serão agregados ainda dois índices: um novo indicador de alavancagem, que leva em conta o valor nominal dos ativos (sem ponderação por risco) e outro de controle de liquidez. Está prevista a exigência de um valor mínimo para o índice de alavancagem, inicialmente previsto em 3%. O índice de cobertura de liquidez de curto prazo vai exigir em eventual cenário de estresse um montante mínimo de ativos cujo estoque deve permitir a sobrevivência do banco por 30 dias. Também deverá ser apurado o índice de longo prazo, que busca incentivar as instituições a financiarem suas atividades com fontes mais estáveis de captação.

A implantação de Basileia III no Brasil foi definida pelo BACEN conforme cronograma abaixo:

		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	Capital Social	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Buffer de Capital (Fixo)	Capital de Conservação*	-	-	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Buffer de Capital (Variável)	Capital Contracíclico**	-	-	-	0,0% a 0,625%	0,0% a 1,25%	0,0% a 1,875%	0,0% a 2,5%
Capital Complementar	Capital Principal ou Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1,0%	1,0%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Capital de Nível 1	Capital Principal + Buffers + Complementar	5,5%	5,5%	6,0%	6,625% a 7,25%	7,25% a 8,5%	7,875% a 8,5%	8,5% a 11%
Patrimônio de Referência	Capital Nível I + Nível II + Buffers	11,0%	11,0%	11,0%	10,5% a 11,125%	10,5% a 11,75%	10,5% a 12,375%	10,5% a 13,0%

*Montante complementar para uso em momentos de Stress

** Montante complementar a ser requerido pelo regulador em caso de crescimento excessivo de crédito e aumento de risco sistêmico

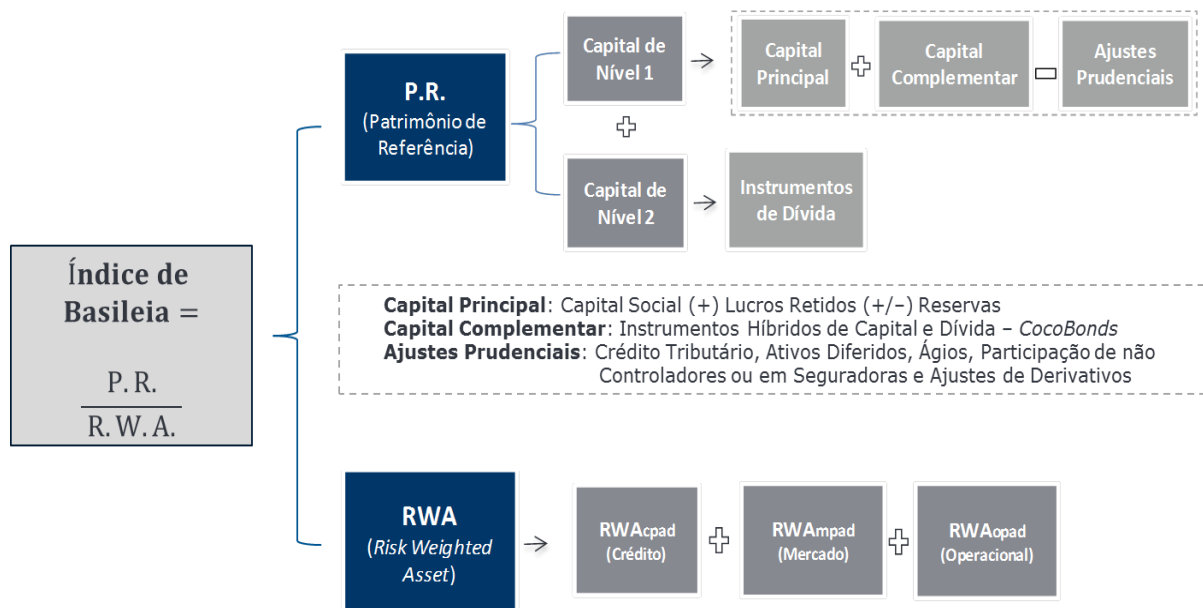
Vale ressaltar que o requerimento mínimo de Capital Total corresponde a um índice de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, decaindo gradualmente até 8% em 1º de janeiro de 2019. Em 2019 o índice mínimo é de 10,50%.

O índice de Basileia é calculado da seguinte maneira:

$$\text{Índice de Basileia} = \frac{\text{Patrimônio de Referência (PR)}}{\text{Risk Weighted Asset (RWA)}}$$

12.2 Requerimento de Capital

Os requerimentos mínimos de capital são expressos na forma de índices, demonstrado na forma do Patrimônio de Referência (PR), e os ativos ponderados pelo risco (*Risk Weighted Assets* ou RWA).



Onde:

12.2.1 Crédito (RWA_{cpad}):

Parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições com risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (Circular nº 3.644 do Bacen).

12.2.2 Mercado (RWA_{mpad}):

- **RWA_{CAM}:** parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (Circular nº 3.641 do Bacen);
- **RWA_{JUR}:** parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação (Circulares nº 3.634, 3.635, 3.636 e 3.637 do Bacen);

- **RWA_{com}**: parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias – *commodities* (Circular nº 3.639 do Bacen);
- **RWA_{acs}**: parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação do preço de ações classificadas na carteira de negociação (Circular nº 3.638 do Bacen);

12.2.3 Operacional (RWA_{opad}):

Parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (Circular nº 3.640 do Bacen).

12.3 Adequação do Patrimônio de Referência (PR)

A adequação do Patrimônio de Referência é acompanhada semanalmente pela Administração, pois é de fundamental importância que a base de capital esteja alinhada ao desenvolvimento do plano estratégico estabelecido e que o mesmo possa suportar possíveis condições adversas de mercado.

A metodologia adotada segue a determinação publicada pelo BACEN na Resolução 4193/13.

O Patrimônio de Referência é calculado a partir da soma do PR Nível I com o PR Nível II, deduzindo os ajustes previstos na Resolução 4.192/13 (denominados ajustes prudenciais).

Detalhamos abaixo as informações nos dois últimos trimestres relativos ao Patrimônio de Referência para o Conglomerado Prudencial da Instituição:

	dez-20	Dez/19
Patrimônio de Referência - Nível I	247.748	166.423
Capital Principal	247.748	166.423
Capital Social	200.000	127.750
Reservas	48.817	42.088
Ajustes Prudenciais	(1.068)	(3.414)
Capital Complementar	-	-
Patrimônio de Referência - Nível II	-	-
Dívidas Subordinadas	-	-
Patrimônio de Referência	247.748	166.423

12.3.1 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Detalhamos a seguir as informações relativas ao RWA para o Conglomerado Financeiro. Utilizamos os modelos padronizados para mensurar o RWA de Risco de Mercado, Crédito e Operacional.

BR Partners BI - Consolidado Financeiro - RWA		
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	dez-20	dez-19
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	311.285	177.686
2%	1.172	2.007
20%	6.489	5.583
50%	170.752	75.514
75%	0	0
100%	92.323	71.004
250%	7.532	5.301
300%	0	0
CVA*	33.016	18.276
* CVA - Credit Value Adjustment		
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	223.042	62.346
Juros - Pré Fixados	3.407	12.312
Cupom Cambial	19.579	4.752
Cupom de Índice	19.002	28.420
Ações	125.611	0
Commodities	28.553	16.417
Câmbio	26.890	445
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	92.004	94.673
RWA Total	626.331	334.705

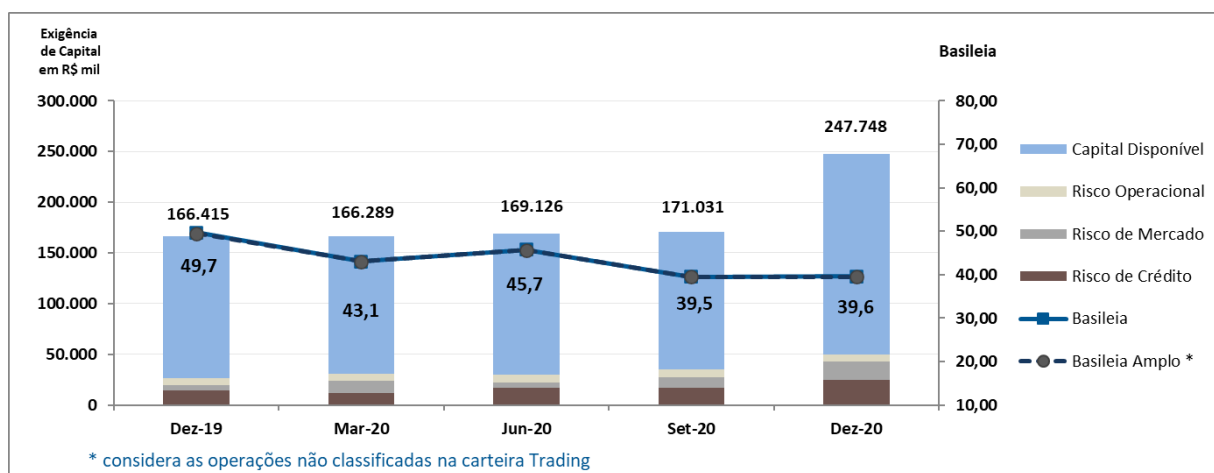
12.4 Índice de Basileia - Suficiência de Capital

Destacamos abaixo a composição do Índice de Basileia observado nos dois últimos trimestres, como também os *ratios* de capital principal e do Nível I. No fechamento de Dez/20, nossa disponibilidade de capital estava em R\$ 197 milhões.

	dez-20	Dez/19
Índice de Basileia	39,56%	49,72%
Nível I (IN1)	39,56%	49,72%
Capital Principal (ICP)	39,56%	49,72%
Capital Complementar	0,00%	0,00%
Nível II	0,00%	0,00%
Capital Disponível	197.642	139.647

A variação do Índice de Basileia observada no período é referente à redução da exposição na parcela exigida de Risco de Mercado (*carteira Trading*) e um aumento na parcela exigida de Risco de Crédito, resultando em um maior volume de capital disponível para o Banco BR Partners.

Adicionalmente apresentamos abaixo a evolução das parcelas requeridas de risco de mercado, operacional e crédito, como também o Patrimônio de Referência, o índice de basileia e o índice de basileia amplo, que considera a exposição da carteira de não negociação.



12.5 Índice de Imobilização

A seguir informamos o índice de Imobilização da Instituição, que mostra o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência (PR) com o ativo permanente imobilizado. De acordo com a legislação vigente, o índice máximo permitido é de 50%.

	dez-20	Dez/19
Índice de Imobilização	0,81%	0,93%